



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

UMA ABORDAGEM BIBLIOMÉTRICA DO ESTUDO DO PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL
NAS DÉCADAS DE 1990 E 2000

Clovis Ultramari (PUCPR) - ultramari@yahoo.com

*Arquiteto Urbanista, Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal do Paraná.
Professor pesquisador junto ao Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana (cursos de mestrado e de doutorado)
da PUCPR.*

Rodrigo José Firmino (PUCPR) - rodrigo.firmino@pucpr.br

*arquiteto, pesquisador junto ao Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana (cursos de mestrado e de doutorado)
da PUCPR.*

Séfora F. P. Silva (PUCPR) - sfpsilva@gmail.com

*Arquiteta urbanista, mestre em Gestão Urbana pelo Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana (cursos de
mestrado e de doutorado) da PUCPR.*

Introdução

Recentemente, parece haver uma tendência em se empreender estudos sobre a produção acadêmica nacional e estrangeira em diversas de suas áreas investigativas. Muitos desses estudos se lançam à difícil tarefa de analisar não apenas a natureza dessa produção acadêmica, mas igualmente à sua qualidade. Tais iniciativas se concretizam pela inerente necessidade científica de se conhecer, a partir de preocupações epistemológicas mais estritas, mas também pelo interesse de se avaliar escolhas temáticas ou pela necessidade de, uma vez conhecido, servir-se, para fins diversos, do impressionante volume de produção acadêmica disponível. Não raro, estes estudos bibliométricos subsidiam o desenho de panoramas temporais no desenvolvimento da ciência em suas diversas ramificações temáticas e no todo da produção científica mundial, regional ou de países específicos.

O objetivo deste artigo se resume a entender o perfil da produção científica nacional sobre uma temática específica, no recorte adotado, sem jamais conter a pretensão de avaliá-la qualitativamente, seja simplesmente pelo propósito que lhe foi dado, seja pela consciência da dificuldade já conhecida dessa empreitada.

A decisão pela realização deste artigo surge primeiramente da necessidade de compilação de material com o propósito de “mapear” o debate sobre a questão urbana brasileira realizado por sua própria comunidade científica. O principal foco deste estudo concentra-se na observação de recorrências ou negligências da produção acadêmica nacional relativamente àquilo que se considera central para as políticas urbanas contemporâneas: participação, políticas de participação democrática ou planejamento participativo. Assim, buscou-se neste estudo (base para a apresentação da presente proposta), uma perspectiva histórica de abordagem de temas que se relacionassem direta ou indiretamente às seguintes palavras-chave: Participação Comunitária; Participação Popular; Vazios Urbanos; Estatuto da Cidade; e Reforma Urbana.

Ao mesmo tempo que se tinha esse objetivo, havia também uma segunda razão que provocou a realização da presente pesquisa. A realização de outros trabalhos dos autores que ensaiavam uma síntese das prioridades dadas pela gestão urbana no Brasil em sua história recente indicava uma periodização que distinguia as décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000 em termos de prioridades e procedimentos e que parecia repleta de recorrências temáticas e preocupações. Reconhecer se a periodização na gestão urbana nacional corresponde às preocupações mais evidentes da academia nacional passa pois a constituir uma dúvida a ser investigada. A conclusão desses trabalhos que destacam a periodização por décadas na gestão urbana nacional, visualiza uma

alternância de instrumentos e entendimentos que se observa ao longo das décadas relativamente à gestão urbana brasileira, ora valorizando ora relegando prioridades e agentes executores do

processo de construção da cidade. Um fenômeno que surpreende pela constante revalorização de problemas, soluções e prioridades necessárias; que temporalmente inverte os papéis da teoria e da prática; que não permite o sonho de a teoria encapsular a realidade. (Ultramari e Rezende, 2006:26)

A conclusão de que pouca coisa mudou em termos de prioridade na prática da gestão urbana, ou seja, no cotidiano das administrações municipais, poderia contar, acreditava-se, com uma forte correlação no interesse da academia.

Para Kuhn (1996), a visão histórica e sociológica é importante para o chamado critério de cientificidade; é na sucessão de fatos marcantes da história, ou como definem Ultramari e Duarte (2009), “inflexões”, que consensos a respeito de determinados enigmas, problemas ou simples fenômenos se estabelecem.

Para Kuhn (1996), o que faz com que uma ciência seja verdadeiramente uma ciência é a construção desse consenso. No caso do fenômeno urbano, aqui tido como o enigma, o problema ou o simples objeto de estudo, percebe-se uma sucessão, alteração e mesmo uma recorrência de consensos entre os que o estudam e os que gerem as cidades e suas políticas públicas. Entender as chamadas inflexões urbanas no mundo das ideias e, claro, seus reflexos na realidade que constrói, destrói e refaz as cidades é uma questão epistemológica do urbanismo que ora nos empolga pelo ineditismo, ora nos desencanta pela simples tentativa de pouco mudar, e ora nos cansa pela recorrência das coisas ditas. Em outras palavras, isso quer dizer que a infinita e constante construção epistemológica do urbanismo pode ser apreendida a partir de recortes históricos da gestão urbana. Do mesmo modo, é possível também afirmar que a dialética entre as prioridades e necessidades da gestão urbana como prática e como ciência ou mesmo da própria verificação da procedência dessa dialética enquanto processo de construção de prioridades e necessidades nos leva a um conhecimento epistemológico do urbanismo.

Relativamente à construção dos consensos, Kuhn (1996) identifica etapas de um processo que inicia com preocupações e dúvidas que surgem meio à comunidade científica, porém de modo desconexo, sem um debate ou, o que é fundamental, um consenso, e que, a partir de um determinado evento, descoberta, conclusão ou simples percepção, tem-se uma conjunção de esforços e mesmo uma concordância generalizada. Na etapa seguinte, dúvidas se impõem e críticas ao consenso são formuladas a ponto de se estabelecer a chamada crise que permite a Revolução Científica. O aparente fim desse processo na realidade apenas estabelece as bases para uma cíclica revisão de paradigmas e o início de uma nova série das mesmas etapas de conclusão (ou descoberta), consenso e dúvida novamente. Contribuir para a discussão sobre qual etapa nesse longo processo de criação, adoção e rejeição de conceitos e ideias encontra-se o planejamento urbano brasileiro, é um dos objetivos ousados deste artigo. Entretanto, a influência destes conceitos e idéias na

formulação de prioridades e necessidades da atividade cotidiana da gestão urbana limita-se a inferências e hipóteses construídas pelos autores com a finalidade de relacionar ciência e prática a partir dos recortes temporais propostos.

A presente pesquisa, por conta da disponibilidade dos dados que se propôs a trabalhar, não permitiu analisar a existência ou ausência de correlações com aquilo que estudo anterior havia identificado como uma periodização por décadas na gestão urbana, desde os anos 70. Ao contrário, viu-se obrigada a se limitar a um período que corresponderia ao final dos anos 90 e da primeira década de 2000ⁱⁱ.

Na síntese do perfil da gestão urbana brasileira nas últimas décadas aqui adotada, têm-se quatro períodos distintos que nos trás a uma contemporaneidade onde o pensar sobre a cidade ou a produção intelectual que sobre ela se faz, se dá concomitantemente e em concordância com a prática observada na gestão (Ultramari e Rezende, 2006). Se, por um lado, essas concordâncias entre prática e teoria ainda são pontuais, por outro permitem formatar o raciocínio otimista que caracteriza o entendimento de cidade adotado neste artigo, a despeito de sua crítica velada aos resultados de alguns de seus processosⁱⁱⁱ. Na retrospectiva elaborada por esses autores, evidentemente, a definição das fases por meio da cronologia das décadas é uma simplificação da realidade observada, havendo, desse modo, grandes períodos de sobreposição de ideias e fatos, assim como suas recorrências e permanências.

Todavia, se há simplificações na periodização do entendimento da gestão e do pensar sobre a cidade brasileira, parece haver poucas dúvidas de que se parte, ainda nos anos 1970, da fase de Ação Administrativa, em que o poder local vê a cidade apenas como um compromisso de prover infraestruturas e serviços urbanos; e avança-se para, nos anos 1980, uma gestão com interesses de desenvolvimento. Neste período, a Ação Administrativa passa a ser uma Gestão Urbana, na qual se ampliam as competências do agora 'gestor' urbano, devido não apenas à redução na capacidade de inversão por parte do Estado, mas igualmente devido ao incremento das complexidades observadas no espaço urbano. As transformações prosseguem nos anos 1990 para a chamada Gestão Ambiental Urbana e, já nos anos 2000 (para alguns já em 1988, quando da nova Constituição, ou em 2001, quando da aprovação do Estatuto da Cidade) uma fase reconhecida como a Gestão Social da Cidade.

Das fases aqui ensaiadas, pode-se dizer que a gestão pública urbana caminhou para: 1) a ampliação de suas responsabilidades; 2) adoção de um compromisso maior com a participação popular; e 3) adoção de um compromisso dividido entre as demandas ambientais, demandas sociais e restrições econômicas, bem como o conseqüente reconhecimento de parcerias (privadas ou não) como suporte para a gestão das cidades. Os Planos Diretores Municipais dos anos 2000 adotam, minimamente no discurso, esses

preceitos e essas “novidades”. Todavia, parecem ter agregado pouco de diferente no processo até então conhecido. Ao contrário, tão-somente reforçam as características acima listadas.

A despeito do avanço que se observa em termos de uma busca pela “cidade de todos^{iv}”, um processo ostensivamente lento, mais uma vez vale a leitura do processo segundo os paradigmas anunciados por Thomas Khun (1996), o qual reitera a importância de as mudanças ocorrerem aos saltos e não de forma contínua, sem romper estruturas há muito estabelecidas.

A busca por inflexões urbanas, segundo entendimento de Ultramari e Duarte (2009), significando um interesse em se determinar os momentos de verdadeira mudança, aqueles capazes de claramente estabelecer um momento anterior e um momento posterior na história de nossas cidades, foi outra razão que levou à realização deste artigo. Assim, na sua justificativa tem-se ainda uma terceira causa que está além do interesse no debate intrínseco das informações aqui consolidadas junto aos alunos do curso de doutorado^v e do ousado interesse em esclarecer uma possível concordância entre o pensar na academia e o agir na gestão pública. Este artigo resulta também de uma simples dúvida sobre se o que se pesquisa sobre as cidades reproduz o que tacitamente já é reconhecido: desconfiança, talvez pessimista, de que tal qual a periodização anteriormente ensaiada para a gestão urbana brasileira, muitas de nossas opções investigativas resultam de uma triste estratégia, onde *muda-se pouco para nada mudar*.

A principal fonte de informações trabalhada nesta pesquisa é o de teses e dissertações depositadas no banco da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de ensino Superior (CAPES).

Para atingir os objetivos delineados ao longo desta introdução, dividiu-se o artigo em quatro grandes partes. Primeiramente, desenvolve-se esta introdução, repleta de ressalvas e justificativas. A seguir, procedeu-se a uma discussão metodológica, explicitando ferramentas que certamente podem ser aprimoradas, complementadas e eventualmente corrigidas. Após essa descrição metodológica, propõe-se uma análise bibliométrica a partir do material acadêmico aqui selecionado de teses, dissertações e artigos. Finalmente, o artigo debate os resultados e apresenta suas conclusões e limitações. Com tais conclusões retorna-se à questão inicialmente apresentada, em forma de hipótese, que é a da existência de um estado de recorrência na opção temática de um determinado recorte da academia que discute a problemática urbana.

A bibliometria como método

Estudos que têm por objetivo precípuo conhecer a própria ciência têm se mostrado mais freqüentes em pesquisas recentes. Esses esforços, é possível acreditar, não são um mero

retorno e restrição a si próprio, mas sobretudo uma preocupação, de caráter retrospectivo, profundamente interessada em descobrir se o incremento, muitas vezes bem recebido, do número de programas de pós-graduação, de alunos e de teses e dissertações correspondem a um igual incremento na qualidade e, sobretudo, na coerência entre o que se produz e o que a sociedade deseja.

A análise de pesquisas realizadas em áreas do conhecimento específicas vem sendo desenvolvida com o intuito de contribuir, tanto para reflexões sobre o avanço e as tendências da pesquisa nos contextos teórico e prático em que se desenvolve, quanto para alimentar os processos de avaliação institucional. Estudos do gênero enfocam o contexto teórico e empírico da área, a evolução e as relações temáticas entre categorias de estudo, as manifestações e modos de apresentação dos artigos, assim como os tipos de contribuição dos autores nos domínios de conhecimento que concorrem para a produção no domínio específico sobre o qual se debruçam. (Bufrem, 2007).

É evidente que a pesquisa bibliométrica não é suficiente para se apreender uma realidade complexa como a de uma determinada produção científica, ainda que restrita a determinadas áreas de interesse. Todavia, acredita-se que este seja um primeiro entendimento, permitindo uma necessária visão abrangente de um cenário que fazemos parte. Vale citar aqui um estudo desenvolvido por Graeml, Maciel e Macadar (2006), realizado sobre extenso material de produção científica apresentado em dez anos de eventos da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD), na área de Administração da Informação (1997-2006); um longo trabalho com cerca de 9.300 citações bibliográficas que geraram aproximadamente 300 mil células de dados. Para o recorte de área adotado – mas que acredita-se ser generalizável, de forma aproximada, a outras áreas – este estudo conclui que: 1) os pesquisadores substituem a autoria individual pela coletiva; 2) periódicos e revistas são quatro vezes mais citados que anais de eventos científicos; 3) existe uma considerável pulverização de autores citados (mais de 70% receberam uma única citação).

Estudo similar, desenvolvido por Caldas e Tinoco (2004), sobre artigos também submetidos aos encontros da ENANPAD, chega à conclusão de que existe entre nós um “alto índice de auto-citação e endogenia, e com uma elevada incidência de citação de jornais, revistas e autores estrangeiros e não acadêmicos”. Exemplos como destes estudos esclarecem um contexto que, talvez, por estarmos envolvidos, na maioria das vezes nos é paradoxalmente desconhecido. Avaliar a produção acadêmica não tem apenas o objetivo principal de justificar recursos, medir produtividade, identificar qualidades e premiar seus melhores representantes, mas sobretudo de garantir que esses esforços sejam passíveis de beneficiar a sociedade; essa sim uma empreitada de difícil mensuração, seja ela qualitativa ou quantitativa. O presente artigo se propõe a uma tarefa menos árdua, apresentando algumas

estatísticas e sugerindo análises. Trabalhos futuros poderão arriscar essa empreitada mais complexa aqui não assumida.

Assim, o tema aqui tratado versa sobre: 1) a relação da produção científica sobre a cidade contemporânea com a gestão urbana, e 2) a permanência, recorrência e emergência de determinados temas no debate acadêmico. Um terceiro tópico aqui tratado, e de caráter mais preliminar, vincula-se à discussão da existência ou não de um chamado *urbanismo ceticista*^{vi} entre nós, ou seja, aquele que, em nível investigativo acadêmico ou em nível gerencial de gestão urbana, questiona a si mesmo, coloca-se em dúvida constante e duvida mesmo de consensos há muito adotados.

Ceticismo é aqui entendido com uma posição extrema, mas saudável, onde não se pode chegar a qualquer conhecimento indubitável, seja ele no nível mais geral, seja no nível particular de um determinado conhecimento. Isso significaria aproximar-se da essência da ciência que busca dúvidas, questionamentos, inquéritos e possíveis explicações ao invés de se acomodar na recorrência das verdades. Não se trata aqui de um posicionamento descrente ou pessimista, mas uma postura similar ao desejo de tudo conhecer à distância, averiguando cuidadosamente e com isenção verdadeiramente científica. Ser cético implica pois, antes que um olhar reducionista ou mesmo descrente, uma postura que reconhece, humildemente, a uma não obtenção de certezas a respeito de fatos, suas causas, suas existências e seus impactos, sempre confirmando uma condição intelectual de constante dúvida. O ceticismo, no sentido aqui posto, aproxima-se assim do próprio significado da ciência, quando esta torna vulnerável toda e qualquer possível explicação de um fenômeno. Ou, como aponta Richard Dawkins (2002) ao colocar a dúvida como privilégio da ciência, citando uma breve explicação de Douglas Adams (2002): "*He begins by explaining how science works through the testing of hypotheses that are framed to be vulnerable to disproof*".

Na história, pode-se recorrer à escola filosófica fundada por Pirro de Elis^{vii}, que questiona as bases do conhecimento mais recorrente à sua época. Nesta escola, adota-se uma postura cética, crítica, duvidosa, que busca entender o lado desconhecido de um fenômeno ou objeto, reconhecendo como certo apenas uma certeza, aquela que acredita não se ter certeza de coisa alguma. Na lembrança dessa escola filosófica, onde se serve do relativismo sofista e da dialética da tese e da antítese para a discussão de ideias, a recorrência dos temas de pesquisa a ser demonstrada neste artigo parece confirmar um ceticismo tão-somente frágil, o qual nos caracteriza como repetidores confortáveis de análises conhecidas e de vieses analíticos igualmente já amplamente conhecidos.

Para o tema que nos interessa aqui, o do planejamento urbano, ou melhor, o de um posicionamento desejadamente transformador frente ao fenômeno e ao problema urbano, lança-se uma discussão quanto à recorrência de determinados temas nas pesquisas

acadêmicas contemporâneas. A hipótese que se lança, de difícil comprovação, é a de que essa recorrência temática, também presente na atuação dos que trabalham com gestão urbana, não se dá acompanhada de um debate crítico, ou seja, de uma visão necessariamente ceticista. Se os anos 1990 e 2000 podem ser considerados como aqueles onde se observa uma migração da temática urbana que inicia nas questões ambientais para outras de caráter mais social, sobretudo no que diz respeito ao acesso universal à terra urbana e a uma agenda participativa no cotidiano das prefeituras municipais, o mesmo pode ser observado na escolha temática mais recorrente nos estudos científicos sobre a cidade. Se essa é a postura otimista que caracteriza uma das hipóteses deste estudo (a concordância temática entre o buscado na gestão e o dito na ciência), há ainda uma segunda hipótese (de caráter pessimista), que corresponde a uma desconfiança de que a recorrência dos temas observados nas estatísticas aqui apresentadas pode também, como dito, significar uma simples reprodução de um conhecimento há muito apropriado. Milton Santos (1998) emoldura o que pensamos sobre essa hipótese ao comentar, em linhas gerais, o afunilamento do saber científico:

Acho que esse é o problema da ciência hoje. Quer dizer, de um lado as ciências humanas são comandadas pela moda, então a gente faz aquilo que está na moda, que está na mídia. Dá-se mais valor à moda do que ao modo, porque a moda é que assegura a promoção, o status, a moda vem das universidades hegemônicas, que sabem por que estão impondo as modas. Então, você passa quinze anos estudando dependência, passa quinze anos estudando setor informal [...] veja, nestes últimos quarenta anos os temas centrais foram dois ou três. Que não levaram ao progresso do conhecimento, levaram para trás. (Santos, 1998)

Caso estejamos certos com a caracterização “prioritariamente social” do final dos anos 1990 e 2000 no Brasil, com uma quase formalização de uma política urbana nacional por meio dos princípios trazidos primeiro pela Constituição de 1988^{viii} e, na seqüência pelo Estatuto da Cidade, de 2001, o próximo passo seria buscar um instrumento que identificasse a mesma prioridade na academia. O instrumento de análise que se mostrou positivo foi a identificação do debate sobre essas questões nas pesquisas científicas de Grandes Áreas e Áreas de Pesquisa que se julgam mais próximas da questão urbana. No universo investigativo sobre uma cidade ‘mais justa socialmente’, alguns temas, acredita-se, deveriam estar presentes. Dentre esses temas, alguns seriam mais recorrentes que outros. Tais temas, para a presente pesquisa seriam traduzidos por palavras-chave que estariam presentes nas pesquisas científicas. Assim, as palavras-chave utilizadas são: Vazios Urbanos; Estatuto da Cidade; Reforma Urbana; Participação Comunitária; e Participação Popular.

Primeiramente, procurou-se no portal de periódicos da CAPES^x e, dentro deste, buscou-se exclusivamente o banco de Teses e Dissertações: um referencial significativo portanto em número e em qualidade oficialmente reconhecida da produção científica nacional brasileira. Neste banco encontra-se uma rica base de informações para o desenvolvimento de estudos epistemológicos a partir de uma investigação bibliométrica. Seu acesso livre, série histórica e permissão para várias perspectivas de análise o qualificam como singular fonte de pesquisa. A disponibilidade do acervo é para o período 1987-2007. Entretanto, é a partir de 1996, que se apresentam as teses e dissertações subdivididas por Grandes Áreas. Assim o período adotado para análise foi de 1996 a 2007. A pesquisa foi feita por meio de palavras-chave (expressão exata) para o caso de teses de doutorado e dissertações de mestrado acadêmico^x. Foram abertos todos os resumos dessa produção, com a intenção de identificar a que Programa de Pós-graduação a pesquisa se vinculou e com isso, incluí-la na respectiva Grande Área^{xi} específica. Resumidamente, para o cálculo dos percentuais, o universo que se tem é um total de 2.746 Cursos de Pós-Graduação no Brasil, sendo 1.020 de Doutorado e 1.726 de Mestrado Acadêmico (sempre para o momento da pesquisa: setembro de 2009).

Os métodos de pesquisa que se apresentaram mais adequados a este estudo foram: 1) Documental, por selecionar, tratar e interpretar as informações do *site* selecionado; e 2) Pesquisa Quantitativa, por buscar traduzir em percentuais e números uma realidade composta pelo perfil diversificado de programas de pós-graduação, do interesse e formação de seus pesquisadores e, por último, do interesse dos autores das teses e dissertações avaliadas.

Panorama das teses e dissertações no Brasil

A pesquisa no banco da CAPES inicia-se com a construção de uma panorâmica sobre a produção segundo Grandes Áreas (Tabela 1) e prossegue com a investigação sobre quem e como utiliza as palavras-chave selecionadas como capazes de esboçar uma preocupação precisa com a questão urbana.

Tabela 1: Nº de Teses e Dissertações por Ano e Grande Área, 1996-2007

	Agrár.	Bio.	Saúd	E. T.	Hum.	S. A.	Eng.	L, L,A	Multi.	Totais
1996	1621	1332	2040	1706	2471	1316	2020	835	139	13480
1997	1751	1574	2412	1954	2872	1535	2348	881	215	15542
1998	1946	1632	2739	2049	2812	1682	2584	883	277	16604
1999	2245	1900	3503	2271	3241	2126	3114	1106	481	19987
2000	2532	2176	3889	2507	4523	3128	3374	1341	593	24063
2001	2845	2324	3856	2729	4487	3740	3416	1615	743	25755

2002	3117	2659	4765	2999	5418	4706	3869	1876	942	30351
2003	3117	2659	4765	2999	5418	4706	3869	1876	942	30351
2004	3479	2810	5067	3115	5748	4750	4658	2213	1280	33120
2005	3988	3183	5858	3486	6580	5068	5309	2416	1758	37646
2006	4196	3370	6153	3512	6911	5367	5136	2636	1833	39114
2007	4212	3226	6353	3685	7211	5194	5322	2921	2225	40349
Totais	35525	29133	52110	33284	58038	43896	45687	20744	11701	330118

Fonte: CAPES, tabulação dos autores.

O volume de teses e dissertações defendidas e disponíveis no *site* não corresponde à integralidade do número de alunos matriculados (Tabela 2), porém a diferença é pequena e justificam-se por questões operacionais e burocráticas e/ou trabalhos não concluídos. Com uma diferença, no geral, de 12%, as maiores discrepâncias acontecem na Grande Área Multidisciplinar, mas essa com baixo volume absoluto referente ao universo de alunos. Para fins de análise, trabalhou-se com o universo de teses e dissertações defendidas.

Tabela 2: Número de alunos matriculados por grande área, período 1996-2007.

Grande Área	Alunos matriculados	Teses/Dissert.	Discrepâncias (%)
Agrárias	40345	35525	12
Biológicas	32878	29133	11
Saúde	58676	52110	11
Exatas e da Terra	37197	33284	10
Humanas	66023	58038	12
Sociais Aplicadas	49607	43896	11
Engenharias	51134	45687	10
Lingüística, Letras e	23826	20744	13
Multidisciplinar	14503	11701	19
Média geral	374189	330118	12

Fonte: CAPES, tabulação dos autores.

A tabela 2, acima, foi retirada das tabelas apresentadas abaixo, que demonstram o número de alunos titulados entre o período de 1996 a 2007, perfazendo assim o total de trabalhos defendidos (330.118). Não foram considerados os titulados em Mestrado Profissional, uma vez que estes trabalhos já foram desconsiderados para esta análise nas tabelas anteriores. A partir deste momento, a pesquisa se volta à busca da temática específica do interesse deste artigo por meio da ferramenta das cinco palavras-chave previamente selecionadas. Só foram quantificadas as teses ou dissertações que possuíam a *expressão exata* pretendida para este trabalho. Essas expressões exatas encontradas não foram classificadas por cursos ou por instituições de ensino. Dessa forma, principalmente as expressões *reforma urbana* e *participação comunitária* aparecem também em trabalhos científicos que envolvem, por exemplo, a área da saúde. Já a grande maioria encontrada para *estatuto da*

cidade está relacionada aos cursos de direito, e o termo *vazios urbanos* está mais relacionado aos cursos de arquitetura e urbanismo e de desenvolvimento e planejamento urbano e regional. A expressão *participação popular* apresenta-se distribuída em várias áreas do conhecimento com uma ênfase maior para os programas que se encontram no interior das Ciências Sociais Aplicadas.

As tabelas abaixo apresentam os vários temas e o respectivo ano em que começaram a ser abordados nas pesquisas de doutorado e mestrado. Apresenta também a quantidade de trabalhos com estes temas, sendo 182 trabalhos para o doutorado e 1.255 para o mestrado, um universo pequeno (1.437) se comparado ao total de trabalhos defendidos entre 1996 e 2007. Para o caso de se analisar um segundo corte que não identifique cursos ou mesmo grandes áreas, é possível identificar o avanço do uso das palavras-chave analisadas desde 1987 (vide mancha nas tabelas 3 e 4).

Tabela 3: Uso das palavras-chave selecionadas em dissertações de mestrado, 1987-2007

Mestrado/ Ano	Vazios Urbanos	Estatuto da Cidade	Reforma Urbana	Particip. Comum.	Particip. Pop.
1987	0	0	0	3	5
1988	0	0	1	1	1
1989	0	0	2	0	6
1990	0	0	0	1	7
1991	0	0	1	2	6
1992	1	0	1	1	7
1993	0	0	0	0	7
1994	0	0	1	6	12
1995	2	0	2	2	14
1996	1	0	4	3	30
1997	1	1	3	23	33
1998	1	0	10	6	27
1999	1	0	9	9	33
2000	1	1	5	6	39
2001	4	1	6	8	43
2002	4	9	4	6	70
2003	1	26	11	9	64
2004	4	32	11	14	82
2005	6	57	11	19	81
2006	7	40	14	14	92
2007	7	45	16	17	81
Total	41	212	112	150	740
Total Geral					1255

Fonte: CAPES, tabulação dos autores.

Tabela 4: Uso das palavras-chave selecionadas em teses de doutorado, 1987-2007

Doutorado/ Ano	Vazios Urbanos	Estatuto da Cidade	Reforma Urbana	Particip. Comum.	Particip.Pop.
1987	0	0	0	0	0
1988	0	0	0	0	0
1989	0	0	0	0	0
1990	0	0	1	0	1
1991	0	0	0	1	0
1992	1	0	1	0	0
1993	0	0	0	0	0
1994	0	0	0	0	1
1995	0	0	1	0	0
1996	0	0	2	0	4
1997	0	0	1	0	4
1998	0	0	0	0	3
1999	0	0	3	2	6
2000	0	0	0	1	12
2001	1	2	5	2	8
2002	0	4	3	3	6
2003	0	4	1	0	13
2004	1	1	4	2	13
2005	3	3	3	4	14
2006	2	5	2	2	9
2007	0	5	3	4	5
Total	8	24	30	21	99
Total Geral					182

Fonte: CAPES, tabulação dos autores.

Fica evidente pelas tabelas 3 e 4, acima, que o uso das expressões exatas selecionadas começa a mostrar-se mais presente nos trabalhos a partir do final dos anos 1990. Mesmo assim, a preocupação com aquilo que seria uma das características mais desejadas do planejamento urbano nacional, ou seja, aquilo que poderia classificá-lo como um planejamento de interesse social, é lento em assimilar uma demanda há muito desejada. De fato, se analisarmos o uso da expressão *estatuto da cidade*, percebe-se uma demorada aproximação com uma legislação que viria a se constituir na política urbana nacional contemporânea. Ainda que essa legislação tenha contado com sua aprovação em 2001, seu debate contou com mais de uma década de tramitação legislativa. Todavia, a justificativa para esse descompasso temporal pode ser também encontrada na adoção do nome específico *estatuto da cidade*, após uma longa série de projetos de lei: primeiramente o 775/83, o qual fica arquivado até praticamente a Assembléia Constituinte em 1987; na seqüência, na tentativa de se regulamentar o artigo 182º da Constituição Federal de 1988, iniciam-se as discussões para o projeto de lei 5.788/90, aí já intitulado de Estatuto da Cidade, nome que levaria para a versão aprovada em lei, de 2001.

No caso da expressão *reforma urbana*, a disparidade entre o debate parlamentar ou mesmo a discussão junto à sociedade civil desse tema e o despertar de interesse formal na

academia é ainda mais intrigante. Reforma urbana, de fato, já era algo buscado, sob essa expressão exata, desde os anos 1970.

No Brasil, a luta pela chamada "reforma urbana" nasceu do abismo que divide os espaços (às vezes contíguos!) reservados aos ricos e aos pobres em nossas cidades. Segundo Ermínia Maricato, o Movimento pela Reforma Urbana surgiu "de iniciativas de setores da igreja católica, como a CPT - Comissão Pastoral da Terra", que se dedicava à assessoria da luta dos trabalhadores no campo (...) a partir de uma primeira reunião realizada no Rio de Janeiro, no final dos anos 1970. (Bassul, 2002).

Chama a atenção também o fato de as teses de doutoramento serem mais lentas que as dissertações de mestrado em assimilar uma realidade que já fazia parte dos debates urbanos nacionais desde longa data. Entende-se essa diferença como uma possível menor complexidade no padrão das palavras-chave adotadas em uma dissertação, mais particularizadas que expressões de uso mais freqüente e também de significado mais abrangente.

Conforme anunciado, outra possibilidade de análise a partir do banco de teses e dissertações da CAPES se refere à distribuição do uso das palavras-chave por Grandes Áreas, visualizando-se, esperadamente, diferentes interesses temáticos. Esse resultado está apresentado abaixo, agora já com recorte temporal a partir de 1997.

Tabela 5: Totais de trabalhos por palavra-chave e por Grande Área

Gr. Área	Est. da Cid.	Ref. Urb.	Vazios Urb.	Part. Pop.	Part. Com.	Totais
Agrárias	0	0	0	20	8	28
Biológicas	0	0	0	9	0	9
Da Saúde	2	3	0	105	49	159
Ex. / Terra	5	0	1	3	0	9
Humanas	19	67	11	220	51	368
Soc. Aplic.	171	53	25	398	43	690
Eng	27	6	9	27	9	78
L. L. Art	0	4	0	2	0	6
Multi.	12	9	3	55	11	90
Totais	236	142	49	839	171	1437

Fonte: CAPES, tabulação dos autores.

A tabela 5 evidencia uma esperada concentração das expressões exatas em duas Grandes Áreas: Humanas (destacando-se as áreas de Educação, Geografia, História e Sociologia) e Sociais Aplicadas (destacando-se Direito, Arquitetura e Urbanismo e Serviço Social). Tal fato justifica-se pela concentração de programas cujo interesse é a cidade e sua gestão,

sempre respeitando o grande debate que se observa em termos de uma “nova” e desejada fase na maneira de as administrações municipais se relacionarem com seus cidadãos. Analisando-se em separado, cada uma das expressões exatas, *participação popular* é a mais freqüente, sendo adotada por todas as Grandes Áreas, apesar de insignificante para Exatas e da Terra e Línguas, Letras e Artes. Acredita-se que essa expressão tenha de fato um uso mais corrente e não necessariamente com o intuito de se debater a gestão urbana. Isso explicaria a alta percentagem de seu uso para o caso da Grande Área da Saúde, muito justificadamente dentro da área Saúde Coletiva, a qual se serve mais das expressões exatas *participação popular* e *participação comunitária* que as outras sub-áreas da Saúde. A maior concentração se encontra de fato no uso da expressão *estatuto da cidade*, com uso quase exclusivo pelas Ciências Sociais Aplicadas, em especial na área do Direito. Essa mesma expressão é ainda recorrente na Engenharias, com 27 ocorrências, e nas Humanas, com 19.

Da leitura das informações acima tem-se uma coerência na distribuição do uso das expressões selecionadas pelas Grandes Áreas de pesquisa tipificadas pela CAPES. Isso pode significar que o debate ocorrido na sociedade nas últimas décadas e muitas vezes aceito pela ação parlamentar^{xiii} tem um reflexo nas áreas de investigação que se acreditam mais preparadas para tal. Ou ainda, que há uma latente demanda nessas áreas em compreender problemas e questões que se fazem mais presentes nas atividades práticas relacionadas à gestão e o planejamento das cidades, refletindo as resoluções e necessidades de acompanhamento e cumprimento das exigências legais paulatinamente discutidas e aprovadas ao longo do período estudado. Todavia, aquilo que poderia revelar uma aproximação de interesse temático com o que se apresenta mais urgente nas últimas décadas em termos de debate urbano ocorre com defasagem temporal que mereceria maiores investigações.

Discutindo recorrências

Tais recorrências e mesmo tendências em termos de tópicos pesquisados pela academia brasileira e internacional, acredita-se, são importantes para ajudar a compreender o contexto de nossas pesquisas, identificar temas ainda pouco investigados e visualizar possíveis parcerias em outras áreas ou mesmo grandes áreas de conhecimento. Mais que isso, tais recorrências e tendências constituem uma rica fonte de informação para direcionar e mesmo formatar prioridades de alocação de recursos. Parece claro que a ciência conte com um papel na identificação e na maneira de se relacionar com problemas de nossos cotidianos. Parece claro também que muito do que é pesquisado resulta de escolhas e enfoques individuais do pesquisador.

Nos resultados apresentados acima, é instigante procurar reconhecer o momento em que determinados tópicos recorrentes assim o são, devido a uma honesta decisão em se aprofundar uma determinada discussão, contribuindo para um longo e quase interminável processo cumulativo do conhecimento científico. É ainda mais instigante procurar reconhecer em que momento tais recorrências resultam, em grande parte, de uma acomodação facilitada pela disponibilidade de material de pesquisas realizadas anteriormente e, mais importante ainda, pela construção e consolidação de um discurso pouco combatível, certo, seguro, pouco cético. Nesta segunda possibilidade, para o recorte aqui discutido, ironicamente, parece-se rever a chamada Teoria da Escolha Racional (Becker, 1976), tão cara para as ciências econômicas e que considera haver sempre um momento analítico antecedente a uma tomada de decisão.

Ainda, a respeito dessa segunda possibilidade, pode-se dizer então que estaríamos lamentavelmente longe do chamado 'contrato social' anunciado por Guston e Kenniston (1994, apud Dagnino, 2006):

o governo promete apoiar a ciência básica que a revisão por pares considerar mais meritória, e os cientistas prometem que a pesquisa será executada bem e honestamente e que proverá um fluxo constante de descobertas que possam ser traduzidas em produtos novos, medicamentos, ou armas.

Considera-se então importante saber se a recorrência temática observada no estudo transcrito acima e a baixa indicação de sinais de mudança quanto aos temas hegemônicos seriam resultado de uma decisão estratégica (no caso da teoria citada devido a variáveis econômicas), buscando resultados garantidos ou uma simples reprodução daquilo que já se viu ou já se disse, sem avaliar possibilidades de ineditismo ou minimamente de novas perspectivas de análise. Reconhecer a significância da intencionalidade, da racionalidade e do reconhecimento do risco e da incerteza nas escolhas do pesquisador é assim fundamental para o dispêndio de recursos em pesquisas, seleção de pesquisadores e de artigos para publicação.

(...) em troca de fundos públicos, os cientistas e universidades teriam que orientar sua pesquisa para satisfazer usuários econômica e socialmente significativos. Teriam também que assumir responsabilidades muito mais explícitas do que até então no sentido de persuadir os políticos e a sociedade do mérito de suas pesquisas, e pautar-se por um modelo de inovação muito mais complexo que o modelo linear previamente adotado. (Guston e Kenniston, 1994, apud Dagnino, 2006)

Ou ainda, segundo Milton Santos, sobre os caminhos da construção científica contemporânea:

Com a globalização, a escolha é cada vez mais estreita. Por conseguinte, o campo de pensamento se afunila e a distância em relação à busca da verdade aumenta. E hoje há uma tecnização da pesquisa, quer dizer, há uma necessidade de dinheiro, a maior parte das pesquisas precisa de dinheiro, isso complica, porque o dinheiro é mais frequentemente dado para os centros de pesquisa que aceitam essa instrumentalização. (Santos, 1998)

No longo período analisado, não se observaram possíveis pontos de inflexão de mudanças na hegemonia de tópicos de pesquisa; de fato, há não apenas uma recorrência desses tópicos, mas igualmente uma permanência deles por um longo período de tempo. Com isso, é também instigante identificar como esses tópicos se firmam no debate científico: se a partir de interesses individuais trazidos por pesquisadores em suas teses, dissertações, artigos e projetos de pesquisa, ou se pela firme priorização de agências de fomento.

A recorrência de alguns temas na produção científica contemporânea e, mais importante, acredita-se poder dizer, a recorrência da forma como esses temas são tratados, tem sido motivo de inúmeros estudos epistemológicos que explicitam uma dúvida veemente a respeito do impacto deles. Ainda assim, estudo desenvolvido por Job, Mattos e Trindade (2009) sobre as razões que embasam o parecer de processos seletivos quando da submissão de artigos ao periódico Movimento^{xiii}, entre os anos 1997 e 2007, revelam que a rejeição se faz, em primeiro lugar devido a problemas metodológicos (51,36%), seguidos da falta de aprofundamento teórico (19,22%), problemas de normalização (11,94%), problemas de redação (10,19%), falta de originalidade (3,11%), escassos instrumentos de estudo (2,62%) e problemas éticos (1,55%). Como se vê, o ineditismo parece ainda não preocupar o processo seletivo entre pares, o que de fato parece não corresponder ao desencanto repetidamente observado. Ainda que se possa contar com uma produção nacional de destaque em dinamismo e volume,

dados recentes mostram que a produção da ciência brasileira se destaca em seu crescimento de 8% na repartição do produto anual em termos mundiais e ocupa o 17º lugar na lista de países mais ativos. Talvez mais significativo seja o fato de ocupar o 9º lugar entre os países que apresentam maior dinamismo em termos percentuais de crescimento entre os anos 1991 a 2003 (Castiel e Sanz-Valero, 2007)

Persiste a dúvida ou, minimamente, uma crítica necessária:

existem (e existirão) muitos artigos que jamais serão lidos. Este dado é difícil de ser estimado. Há, todavia, estimativas de que cerca de 50% dos trabalhos em ciências sociais publicados jamais serão citados [...] Há termos críticos, até jocosos, que designam esta ordem de questões éticas diante do fenômeno de proliferação na literatura científica [...] Em outras palavras: um mesmo

conteúdo pode aparecer em vários artigos, após receber pequenas mudanças cosméticas. A autocitação pode constituir-se no chamado "autoplágio". (Castiel, Sanz-Valero, 2007)

Observações finais

Em termos de restrições e continuidades da pesquisa aqui apresentada, pode-se dizer que a sua primeira parte, anteriormente discutida, é, de fato, a parte mais fácil: uma compilação e mensuração, morosa, mas factível, de trabalhos que pudessem identificar o que nos preocupa na academia nacional sobre a contemporaneidade de nossas cidades. A segunda etapa dessa empreitada, essa a cargo do leitor ou mesmo destes autores num outro momento, deve ser a de procurar entender com mais profundidade a relação entre essa mesma temática e a realidade urbana: compartimentando mais detalhadamente os recortes temporais, procedendo relações mais afinadas entre o escrito e pesquisado e os fenômenos observados na prática da gestão, e, fundamentalmente, a partir de uma amostragem, proceder a uma análise de conteúdo dos artigos, teses e dissertações.

Reconhece-se também como uma outra possibilidade para refinar as discussões preliminares acima apresentadas seria buscar similaridades entre o produzido na academia científica nacional, sempre a partir de nosso maior depositário de teses e dissertações (o banco dessas pesquisas no *site* da CAPES) e aquilo produzido por nossos pares em outros centros importantes de produção científica por meio do estudo do acervo de bancos similares.

Algumas questões ficam para ser pensadas. Como devem as agências de financiamento das pesquisas científicas e mesmo os periódicos científicos, identificar o limiar entre o importante aprofundamento de alguns tópicos e a acumulação de estudos já ditos e pouco agregadores aos debates é um exemplo dessas questões; uma ação difícil mas urgente em sua iniciativa.

Com isso finaliza-se esse artigo, reiterando-se o seu caráter desejadamente instigante para debates mais aprofundados e, agora confortavelmente, recomendando-se continuidades investigativas por outrem.

É necessário, porém, uma última ressalva acerca das diferentes temporalidades entre o material aqui utilizado - pautado por pesquisas representadas por teses e dissertações de doutorado e mestrado acadêmico -, com o tempo de desenvolvimento notoriamente longo, e o de outra possível fonte de pesquisas bibliométricas, a partir da publicação de artigos científicos em periódicos, onde o tempo de comunicação das pesquisas é mais ágil e, talvez, mais próximo dos acontecimentos na política pública e na gestão urbana. Trata-se de uma possibilidade de verificação e, conseqüentemente, complementação à presente pesquisa. Mesmo levando-se em consideração o fato das teses e dissertações refletirem uma parcela significativa do desenvolvimento científico e preocupações epistemológicas presentes na

academia, há sempre um grande número de pesquisas sendo desenvolvidas sem essa vinculação direta com a formação de pesquisadores nos cursos de pós-graduação, mas em andamento e coordenadas por pesquisadores formados e ativos em centros de pesquisa espalhados pelo país. Assim, há que se verificar a implicação dessas diferenças temporais na análise dos temas recorrentes do "pensar" e do "fazer" no urbanismo, na gestão urbana e no planejamento urbano e regional.

Referências

BASSUL, José Roberto. **Reforma urbana e Estatuto da Cidade**. EURE (Santiago) v.28 n.84 Santiago sep. 2002. Disponível em http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-71612002008400008&script=sci_arttext. Acesso: 09 out. 2009.

BECKER, G.C. (1976), **The economic approach to human behavior**. Chicago, Chicago University Press.

DAGNINO, Renato. A comunidade de pesquisa e a política de ciência e tecnologia: olhando para os países avançados. CTS, Cienc. Tecnol. Soc. v.3 n.7 Ciudad Autónoma de Buenos Aires sep. 2006. Disponível em http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1850-00132006000100003&script=sci_arttext. Acesso em 15 out. 2009.

BUFREM, Leilah Santiago. **Produção de Informação sobre questões Epistemológicas na Literatura Acadêmica em Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil**. Apresentado no VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, de 28 a 31 de outubro de 2007, Salvador. Disponível em <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT7--215.pdf>. Acesso: 01 de outubro de 2009.

CALDAS M. P.; TINOCO, T. **Pesquisa em Gestão de Recursos Humanos nos Anos 1990: um estudo bibliométrico**. RAE, v.44, n.3, p.100-114, 2004. Disponível em <http://www.rae.com.br/artigos/2113.pdf> Acesso: 01 de outubro de 2009.

CASTIEL, Luis David, SANZ-VALERO, Javier. Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica? Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23 (12):3041-3050, dez, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n12/25.pdf> . Acesso: 16 de out. 2009.

DAWKINS, Richard. **An atheist's call to arms**. 2002. Disponível em: <<http://www.ted.com/>>. Acesso em: 03 set. 2009.

GRAEML, Alexandre Reis Helton; MACIEL, Francisco; MACADAR, Marie Anne. **Análise de Citações Utilizadas em ADI: 10 Anos de Anais Digitais do Enanpad (1997-2006)**. Disponível em <http://www.justributario.com.br/biblioteca/ANLISE%20DE%20CITAES%20UTILIZADAS%20>

EM%20ADI%2010%20ANOS%20DE%20ANAIS%20DIGITAIS%20DO%20ENANPAD%20(%201997-2006).pdf Acesso em 01 de outubro de 2009.

JOB, Ivone, MATTOS, Ana Maria, TRINDADE, Alexandre. Processo de revisão pelos pares: por que são rejeitados os manuscritos submetidos a um periódico científico?. *Movimento*, Vol. 15, Nº 3 (2009). Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/viewArticle/8830/5825>. Acesso: 15 out. 2009.

KUHN, Thomas. **The structure of scientific revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

MANNION, James. **O Livro Completo da Filosofia**. Tradução de Fernanda Monteiro dos Santos. São Paulo, Masdras, 2004.

SANTOS, Milton. Entrevista explosiva: Professor Milton Santos. **Revista Caros Amigos**, São Paulo, número 17, ago. 2008. Entrevista concedida a Marina Amaral et al.

ULTRAMARI, Clovis e DUARTE, Fabio. **Inflexões Urbanas**. Curitiba: Editora Champagnat, 2009.

ULTRAMARI. Clovis & REZENDE, Denis Alcides. **Mudanças e Continuidades na Gestão Urbana Brasileira**. In *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Edição nº 111, Julho/Dezembro 2006 (p. 19-28). Iparde: Curitiba, 2006.

ⁱ Uma versão preliminar desta pesquisa foi selecionada para apresentação no XI Seminário Internacional RII y IV Taller de Editores RIERe, Mendoza, Argentina, 2010.

ⁱⁱ Conforme descrito a seguir, o banco de teses da CAPES está integralmente disponível online a partir de 1996, apenas.

ⁱⁱⁱ Refere-se aqui, mais que a outros instrumentos, à elaboração, aprovação e implantação dos atuais Planos Diretores, conforme largamente se tem visto, a partir das diretrizes trazidas pelo Estatuto da Cidade.

^{iv} Transformação recorrentemente buscada seja nos Planos Diretores Municipais (agora nomeados também de Participativos), seja de forma explícita nos programas urbanos do governo federal brasileiro.

^v Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana da PUCPR. Disciplina Colóquios Internos, 2009.

^{vi} O desenvolvimento do conceito de Urbanismo Ceticista faz parte de um projeto de pesquisa destes autores, ainda em início.

^{vii} Pirro de Elis, 360-272 a.C. aproximadamente.

^{viii} Vide Capítulo da Política Urbana, em seus artigos 182º e 183º da Constituição Federal de 1988.

^{ix} Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, órgão do Ministério da Educação do Brasil, e que supervisiona e valida o sistema de pesquisa e pós-graduação no país (<http://capes.gov.br>).

^x Não foram considerados os mestrados profissionalizantes por contarem com baixa representatividade na discussão da temática que se pretende discutir aqui.

^{xi} São elas: Agrárias, Biológicas, Saúde, Exatas e da Terra, Humanas, Sociais Aplicadas, engenharias, Linguística, Letras e Artes, e Multidisciplinar.

^{xii} O que significa a aprovação parlamentar de instrumentos legais importantes para a gestão urbana nacional.

^{xiii} O estudo compreende 191 pareceres emitidos pelos pareceristas do periódico *Movimento*, publicação da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nas áreas da educação física e, na seqüência, ampliada para as ciências humanas e sociais.